

# Congresso vê com ceticismo aposta de Lula em tarifa zero nos transportes

Mobilidade Proposta do governo

## Congresso vê com ceticismo aposta de Lula em tarifa zero nos transportes

**Líderes partidários citam necessidade de se encontrar receitas para bancar custos; base aliada não vê viabilidade neste ano**

.....  
DANIELLE BRANT  
LEVY TELLES  
BRASÍLIA

Uma das prioridades do governo federal em 2026, a implementação da tarifa zero no transporte público é vista com ceticismo mesmo por aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso, em razão das incertezas sobre seus custos e impactos nas contas públicas.

No final do ano passado, o próprio presidente Lula pediu ao Ministério da Fazenda que apressasse os cálculos para que o Planalto pudesse anunciar o programa este ano, em uma aposta no apelo popular da pauta na eleições. Na última terça-feira, o ministro das Cidades, Jader Filho, reforçou que o governo estuda a viabilidade da tarifa zero no País.

Procurada, a Secretaria de Comunicação Social da Presi-

dência da República (Secom) não se manifestou. Em nota, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda afirmou que não há, no momento, uma posição concreta da pasta sobre o tema.

Em aceno ao governo, o presidente e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PI), indicou que criaria uma comissão especial para avaliar o tema. Atualmente, 138 cidades aplicam o passe livre no País.

A sinalização, porém, teve recepção morna de líderes partidários de centro. O deputado Dr. Luizinho (RJ), líder do PP na Câmara, avalia ser "muito difícil, quase inviável" que a tarifa zero saia do papel. Sob reserva, outro líder de centro argumenta que não é fácil fazer esse cálculo e que seria preciso encontrar uma fonte de receita para arcar com os custos.

Entre os aliados do governo, a bandeira eleitoral é vista como aposta para 2027. "A gente não pode implantar esse ano por causa de questão eleitoral. Então, se houver alguma comissão de debate, vai ficar para depois da eleição", diz o líder do PSB na Câmara, Jonas Donizette (SP).

Para ele, a tarifa zero pode



Terminal de ônibus em São Caetano do Sul, que já tem tarifa zero

ser uma bandeira de um quarto mandato de Lula. "Mais ou menos igual foi o Imposto de Renda (neste mandato). Esse ano não dá para fazer. Mas eu acho que o presidente Lula pode colocar isso (em um quarto mandato) porque é um assunto muito pulsante nas grandes cidades."

**SEM PRESSÃO.** O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) admitiu que o avanço da tari-

.....  
**Em vigor**  
**Atualmente, 138 cidades**  
**no País já adotam o**  
**passe livre nos transportes**  
**públicos**

fazer depende do impacto econômico e que o tema não deverá ser tratado com pressa no Congresso neste ano. "Tarifa zero depende do impacto econômico. E um tema relevante, mas isso de-

pende da área econômica do governo. O governo pede para fazer os cálculos, o autor do projeto é o deputado Jilmar Tatto (PT-SP). Não é matéria para 'ah, vamos votar amanhã', disse.

Tatto apresentou projeto para permitir que o trabalhador utilize o serviço de transporte público coletivo no município de residência sem o pagamento de tarifa em 2023. No ano passado, ele protocolou texto que autoriza municípios a instituir cobrança pelo uso excessivo dos serviços de aplicativo, como Uber, para financiar a implantação de tarifa zero no transporte público no Brasil. A proposta está parada na Comissão de Viação e Transportes da Câmara, sob relatoria do deputado Zé Trovão (PL-SC).

Na avaliação do parlamentar, que integra a comissão que debate a regulamentação de aplicativos no Brasil, o tema é complexo. "É um tema que re-

quer muita discussão. A gente não pode colocar sobre uma categoria mais impostos para beneficiar outra categoria. Então esse é um tema que ainda vai requerer muito diálogo para chegar a um denominador comum", diz Trovão.

Enquanto não sai do papel, integrantes de partidos da base aliada do Planalto avaliam que uma forma de viabilizar seria por meio de um fundo alimentado com recursos destinados hoje ao vale-transporte e outras fontes de receitas. Também ponderam que o benefício poderia ser aplicado a cidades com mais de 200 mil habitantes, onde há transporte coletivo no Brasil.

**'NÃO É SIMPLES.'** No mês passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que ainda vai estudar como mitigar o impacto fiscal da tarifa zero antes de incluir a proposta no plano de governo. "Tem jeito? Tem. Temos que desenhá-lo. Não é uma coisa simples abdicar da tarifa para financiar um serviço público. Mas nós estamos trabalhando em cenários que permitirão ou não ao presidente incluir, a proposta no seu plano de governo."

Entidades ligadas ao setor de transportes e às prefeituras afirmam que ainda é impossível calcular com exatidão o custo de implementação da tarifa de ônibus zero em todo o País. Os números variam de R\$ 90 bilhões por ano, segundo a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), a R\$ 200 bilhões, de acordo com estimativa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Como mostrou o *Estadão/Broadcast*, a SPE manifestou posição favorável ao projeto de lei do Marco Legal do Transporte Público Coletivo Urbano, que destina recursos no Orçamento para cobrir custos de gratuidades e tarifas reduzidas. ●

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 6